



PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS
HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS
CULTURAIS E AMBIENTAIS
Plataforma DhESCA

Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma Dhesca ao Conjunto Penal Feminino em Salvador

Maria José de Oliveira Araújo, Relatora
Maria Cecília M. Simonetti, Assessora da Relatoria

Apoio
Maria Helena Souza, Rede Nacional Feminista de Saúde
Francisca Schiavo, Instituto de Saúde Coletiva da UFBA
Marília Casqueiro Araújo, Assessora Jurídica

“Querida saber por que as juízas soltam mais os homens do que as mulheres. Será que somos mais perigosas do que os homens?” (Mulher encarcerada no Conjunto Penal Feminino de Salvador)

Introdução

No dia 12.03.2010, a Relatoria do Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma Dhesca visitou o Conjunto Penal Feminino de Salvador, localizado no Bairro da Mata Escura.

As negociações para a visita tiveram início no final de janeiro de 2010, quando encaminhamos carta ao Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, Sr. Nelson Pelegrino, solicitando audiência para apresentarmos a Plataforma Dhesca, a Relatoria do Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva e os objetivos da visita ao presídio feminino de Salvador. Essa audiência não se consumou em função da não disponibilidade de tempo do Secretário. Estabelecemos então contato com o Sr. Isidoro Orge, Superintendente de Assuntos Penais da Secretaria de Justiça, que nos recebeu em seu gabinete e autorizou a visita após negociar o número de pessoas a compor a comitiva, da qual fariam parte inicialmente, além das pessoas da relatoria da Saúde, a Vereadora Marta Rodrigues, as ativistas dos direitos das mulheres Lena Souza, representante da Rede Feminista de Saúde e Francisca Schiavo, do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA.

No dia da visita, a Vereadora não pode comparecer, estando presentes as outras pessoas citadas anteriormente. Fomos recebidas nas dependências do Conjunto Penal Feminino pela diretora, Ayala de Assunção Nolasco Farias, pelo Sr. Isidoro Orge, pela médica ginecologista

Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca Brasil
Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro
CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil
(41) 3232-4660
www.dhescbrasil.org.br
secretaria@dhescbrasil.org.br



Dra. Ivana Máximo e por Simone Nascimento Santana, assistente social do Conjunto Penal Feminino. Durante esta reunião várias pessoas (funcionários/as) entraram na sala da diretoria e participaram das discussões que aconteciam.

Maria José Araújo, relatora da Relatoria do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma DhESCA Brasil, apresentou a comitiva e expôs os objetivos da missão, bem como o trabalho desenvolvido pela Plataforma. Na sua exposição salientou o objetivo prioritário da missão, que era conhecer a situação de saúde das mulheres privadas de liberdade e em que medida seus direitos humanos estavam sendo respeitados pelo sistema prisional. Concluiu afirmando que o relatório pós-missão seria encaminhado para a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia e para outros órgãos governamentais como um instrumento que poderá contribuir para a melhoria da situação das mulheres deste Conjunto Penal.

Apresentando as mulheres encarceradas

O Conjunto Penal visitado abriga em torno de 25% da população das mulheres em situação de privação de liberdade do Estado da Bahia, ou seja, 106 de um total de 419. De acordo com as informações fornecidas pela assistente social “mais de 80% das internas são negras, moram na periferia de Salvador e vivem à beira da miserabilidade. Apenas uma interna tem curso superior incompleto, as demais apresentam baixa escolaridade”. Do ponto de vista da profissão, sabe-se que há mulheres confeiteiras, costureiras, mas não obtivemos outros dados sobre esse tópico.

A Relatoria está à espera de dados sócio-demográficos solicitados, dentre eles, número e idade de filhos/as, com quem moram, número de mulheres grávidas, de mulheres recebendo métodos anticoncepcionais, de mulheres com DST, com câncer feminino e em tratamento médico, além de mulheres com história de violência sexual e doméstica.

A prisão apresenta, de acordo com a diretoria, alta reincidência de casos. Os motivos das internações, isto é, os crimes que foram praticados pelas internas, são, por ordem de frequência, os seguintes: tráfico de drogas (52%), crime contra o patrimônio, roubos e furtos, sendo que na maioria deles há um vínculo com os atuais ou ex-companheiros das mulheres. A comitiva foi informada que já receberam mulheres que foram presas por aborto e que há poucos casos de pena por homicídio. Neste caso, existe uma mulher de 28 anos condenada pelo homicídio das suas duas filhas, apesar de se proclamar inocente. Ela sofre ameaça de morte, fica numa cela chamada “seguro” e tem atendimento psiquiátrico. Para explicar a razão de estar no “seguro”, a diretora refere que “as internas valorizam a moral e a família, então não aceitam a mulher que matou as filhas. Ficam sabendo do fato porque têm acesso a TV, rádio e à circulação de notícias entre elas”.

Na data da visita não existia criança convivendo com mães internas. A única recém-nascida que havia, até pouco tempo atrás, foi levada pela família, por solicitação da diretora, quando uma das internas teve meningite. A diretoria informou também que as mães podem ficar com seus bebês até os seis meses de idade, ocasião em vão para a creche.



No momento da visita, havia duas internas grávidas. Uma delas, com o feto morto, havia ido para o hospital, no qual não foi aceita, voltando ao presídio onde aguarda que ele seja expulso espontaneamente, segundo informação da médica ginecologista. Esta médica informou igualmente que há três internas com HIV/AIDS, cuja identidade é mantida em sigilo, recebendo tratamento com terapia anti-retroviral e com acesso ao exame de carga viral - CD4.

Muitas mulheres chegam ao presídio com história de violência doméstica. Cerca de 70% das internas foram abandonadas pelos companheiros ao ingressarem na prisão. Muitas delas iniciam, segundo a direção, relacionamentos homoafetivos com outras internas a partir da entrada na prisão. A comitiva não foi informada da existência de violência sexual no Conjunto Penal Feminino.

Entrevistas com mulheres encarceradas

As entrevistas foram realizadas no espaço do “seguro”¹ e na sala da Chefia de Segurança. As internas se mostraram aparentemente tranquilas e participativas, não manifestando resistência às perguntas colocadas pelo grupo de visitantes. Realizamos cinco entrevistas com internas indicadas pela diretoria do Conjunto Penal. As entrevistas foram feitas sem a presença do pessoal de segurança, de forma individual, por duas duplas da comitiva. Os depoimentos das mulheres são relatados abaixo de forma resumida. As iniciais das entrevistadas são fictícias.

MMJ, 28 anos, condenada há 32 anos por assassinato de duas filhas, uma com três anos e outra com um ano e nove meses, por envenenamento, em Paulo Afonso. Cumpre pena há oito anos e nove meses. Em seu relato diz que quem cometeu o assassinato foi seu ex-marido, que fugiu para Alagoas quando as meninas morreram e que não compareceu à audiência, mas tem advogado. Esse ex-companheiro sempre ameaçava matar a mãe e os irmãos de MMJ se ela não concordasse em ficar com ele. Ela foi viver com ele aos 17 anos e nunca prestou queixa à polícia quando a ameaçava. Segundo seu relato, o ex-companheiro é primo do seu ex-padrasto e esse ex-padrasto, “antecipou o horário do enterro das suas filhas, que estava marcado para as 17 h e aconteceu às 15”. Diz também que os exames das duas crianças, que foi feito no hospital, desapareceram. Segundo MMJ, o seu advogado tinha conseguido pegar os exames, mas morreu em um acidente de carro no dia da audiência.

Os primeiros cinco anos da pena foram cumpridos em Paulo Afonso e depois veio para Salvador quando foi sentenciada. Em Paulo Afonso conheceu seu atual companheiro que, segundo ela, foi o único a acreditar em sua versão dos fatos. Com ele tem um filho de quatro anos que ficou ao seu lado até os seis meses. Esse filho nasceu na cadeia, tendo recebido toda assistência de saúde que necessitava. Atualmente ele mora com a mãe dela que, além de ter cinco filhos pequenos, tem problemas de saúde.

¹ Os “seguros” são as celas que abrigam mulheres ameaçadas de morte por outras internas.



PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS
HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS
CULTURAIS E AMBIENTAIS
Plataforma DhESCA

Tem um pedido de remissão que é aguardado desde outubro, quando espera voltar a Paulo Afonso, cidade onde residia e ocorreu o crime. Não sabe ler, mas diz conhecer seus direitos e tem um caderno com todas as contas e anotações sobre tudo que diz respeito à sua pena: tempo, remissão, saídas. Segundo MMJ “para correr atrás dos seus direitos tem que estar por dentro”.

Diz que sua vida na penitenciária é muito complicada, pois tem poucas amigas e constantemente é ameaçada de morte, o que a faz confiar mais nas funcionárias do que nas internas. Não recebe visitas, pois prefere viajar a Paulo Afonso para ver a família, com ajuda financeira do atual companheiro, já que agora ela não tem mais trabalho na penitenciária. Há quatro anos tem saída provisória e sempre chega ao presídio bem antes das 16 horas, horário marcado para o retorno. Quando tem cartão liga para a família todos os dias.

Aprendeu a costurar em máquinas durante a pena e trabalhava na fábrica que existia no presídio e que fechou. Durante os oito anos que já cumpriu, fez curso de manicure, mega-hair e decoração. Em 2008, participou do curso “Preparando para a Liberdade”, dado pela Secretaria da Justiça para as mulheres encarceradas que já cumpriram pena. Disse que este foi o curso que mais gostou porque fala do que as mulheres terão que enfrentar quando chegarem lá fora, “do contato com o mundo”. Também frequentava a escola, que deixou no dia anterior à visita, por causa das ameaças que recebeu das outras internas.

Quando tem algum problema de saúde procura as agentes e pede consulta. Faz o preventivo de seis em seis meses. Tem ovário policístico e um problema no ouvido. Prefere fazer exames fora do presídio, alegando que os exames feitos internamente “nunca dão nada”. Quando sai para fazer os exames é transportada de camburão, onde costuma sentir-se mal. Diz que o presídio oferece assistência total para prevenir uma gravidez indesejada, refere que “o preservativo a casa dá. Aqui só engravida se quiser”. Fez ligadura de trompas quando teve o filho. O companheiro sempre usa preservativo quando mantém relações sexuais com ela, sem demonstrar qualquer resistência. Ela diz que ele até gosta.

Perguntada sobre o que gostaria que melhorasse, responde que gostaria que colocassem mais uma médica e que recebesse mais assistência da Defensoria. Os defensores que a atendiam não apareceram mais: “não tem advogado para correr atrás dos nossos processos, uma advogada tentou, mas ela é advogada das processadas e não das sentenciadas”.

Perguntada sobre o que pediria à diretora, responde: “pediria minha liberdade”. Sobre alimentação, faz dieta sem sal porque tem problemas de pressão (“às vezes alta e às vezes baixa”). Está satisfeita com os funcionários, que “fazem o que podem para ajudar”.

OJA tem 29 anos e cumpre pena há três anos e sete meses, mas com as remissões completa quatro anos. Sua sentença é de 11 anos e quatro meses em regime fechado, por art. 171 do Código Penal, estelionato. Conta que foi presa junto com o namorado por roubo de uma moto. “Ele ficou preso durante um mês, fugiu e colocou toda a culpa em mim. Na audiência a Juíza disse que eu era a chefe da quadrilha, que eu roubava as motos”. OJA é proveniente de Ribeira do Pombal, teve cinco filhos, dos quais morreram dois. Dos outros três vivos, um está com a tia, outro com a irmã e o terceiro “roda”, não tem lugar fixo. Não recebe visitas. Há um ano tem saída temporária mensal ou a cada dois meses. Sempre que sai, vai visitar a família porque



PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS
HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS
CULTURAIS E AMBIENTAIS
Plataforma DhESCA

“o que me preocupa são os meus filhos”. Nunca retornou depois das 16 horas, horário de retorno estabelecido pelo presídio.

Segundo a interna, seu processo está parado na Vara de Execuções porque até hoje a Juíza não se manifestou a respeito de seu pedido de prisão domiciliar e condicional. Está sem assistência jurídica, não tem advogado e nem defensor público. Durante a conversa nos pergunta: “Queria saber por que as juízas soltam mais os homens do que as mulheres. Será que somos mais perigosas do que os homens?” Quer uma oportunidade, alegando ser ré primária.

Disse que conheceu um rapaz na penitenciária e que namoram. Ela faz visitas íntimas a ele e usam preservativo. Essas visitas só foram autorizadas depois que os dois fizeram vários exames médicos, de acordo com os qual ela não tem problema de saúde.

Trabalha na enfermaria fazendo faxina e é uma espécie de auxiliar de serviços gerais. Já trabalhou na fábrica de fita, fez faxina no colégio e na passarela do Conjunto Penal Feminino. Fora da penitenciária fez curso de acarajé no SENAI. Não frequenta a escola, mas vai fazer curso de informática. Gosta de fazer aulas de capoeira, de jogar bola e de ler. Afirma que “sempre que posso vou à biblioteca. Tento me manter ocupada o dia todo, pois isso ajuda a passar o tempo e a enfrentar esta situação”.

Em sua opinião, a nova direção disciplinou o presídio, o que considera bom. Porém, ressentido que “agora temos menos acesso à assistente social do que antes”. Diz que na cela onde ficavam duas internas, atualmente ficam quatro: “a cadeia recebe cada vez mais detentas, e estamos ficando apertadas”. Refere ainda que há mulheres presas há dois anos, sem terem sido sentenciadas: “elas estão só processadas, mas os outros encaminhamentos do processo estão parados”.

MRC é proveniente de Irará e está condenada por estelionato, Artigo 171 do Código Penal. Alega ter sido enganada por alguém que lhe encomendava trabalhos pelo computador e que ela não sabia que se tratava de algo ilegal.

Ficou presa durante nove meses, saiu durante um ano e retornou à prisão há oito meses. Segundo ela, quando saiu mudou de endereço, o que causou o não recebimento de duas intimações da justiça. Refere que a pessoa que vivia na sua antiga casa não forneceu o seu novo endereço e que é por esta razão está novamente no presídio.

Relata não ter mais notícias de seu advogado em Irará e que por isso não sabe quanto tempo ainda tem a cumprir de pena. Pediu às pessoas da comitiva que ligassem para este advogado e solicitassem para ele o seu comparecimento ao presídio. Isto foi feito no dia seguinte, o advogado agradeceu e disse que iria na semana seguinte.

Ela diz receber visitas da mãe e de outros membros da família uma vez ao mês e que tem medo da mãe ir visitá-la porque “o pátio não é brincadeira”.

No dia da entrevista estava com o braço e a perna enfaixados, por queimadura. Segundo ela, foi queimada por retaliação de outras presas, por não querer cooperar em alguma transação com drogas. “Não me queriam dentro da galeria porque eu não quero me envolver em guardar



PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS
HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS
CULTURAIS E AMBIENTAIS
Plataforma DhESCA

droga dos outros”. O incidente aconteceu no dia 28 de fevereiro, mas só foi socorrida no dia seguinte, tendo sofrido muitas dores. Outra dificuldade foi que, mesmo estando muito queimada, foi levada e mantida no hospital algemada, apesar dos médicos se colocarem contra esse fato. Também disse ter problemas na relação com outras presas e que muitas vezes era obrigada a dormir no chão, sem colchão, pois o mesmo ficava embaixo do colchão de uma companheira de cela, que só o cedia nos horários que queria. Depois da queimadura mudou para a cela individual do “seguro” para ter mais segurança.

Quanto à sua saúde, disse ter problema de coluna e que faz acompanhamento médico. Faz o preventivo regularmente e todos os exames necessários. Participa do culto católico. Fez cursos de pintura e de computação e que agora vai fazer um curso para ser caixa. Disse que foi secretária de Luiza Brunet e que tinha franquia dela.

Referiu insatisfação com relação aos funcionários. Disse que os finais de semana são difíceis porque os trabalhadores do presídio ficam com mau humor e que nesse período a diretora não está. Sugere que cuidem mais de sua proteção e que controlem mais os funcionários, pois “uma parte deles comete abuso de poder”.

MIT, 21 anos, moradora do bairro de São Caetano, frequentou a escola até a 7ª série. Está grávida de seis meses e tem um filho de dois anos que está com a família. Afirma que “aqui tudo é certo, o atendimento é excelente, não tenho do que falar, quando quero, peço para falar com a Diretora e ela me atende. As agentes são ótimas, dão água gelada. As famílias podem trazer alguma comida, não tudo”.

Está presa há três meses por tráfico de drogas. “Tinha um casamento excelente, depois conheci um pessoal que fazia visitas ao presídio masculino, pediram para eu levar droga e me pegaram”.

Prefere ficar na cela do “seguro” ao invés de cela do pátio. “Só tive duas visitas familiares, com o pai dos meus filhos, mas ele não trouxe o mais velho, diz que não quer que ele veja o presídio. Eu choro, peço a Deus para ver meu filho, mas meu marido me discrimina, ele diz que aqui não é lugar pra trazer criança”.

Como familiares tem a avó – que está muito doente – o pai e tias da parte do pai. Tem uma irmã no mesmo presídio com quem se encontra “ela também está aqui há um mês por tráfico de drogas. Ela tinha um bebê de sete meses que morreu”.

Conta que o pai é rígido, bruto e que só teve o amor da avó. “Meu pai batia na minha mãe, então ela me largou na porta da minha avó; não fui criada pela minha mãe, nunca entrei em contato com ela. Minha avó não sabe que estou aqui, presa, ela pensa que estou em Candeias cuidando de idosos. Estou aqui porque não tive amor de mãe e pai”.

Comenta que as outras internas são agressivas e que “a diretora me botou aqui pra me ajudar, aqui estou separada e mais segura”. “Aqui a gente não tem amiga, quem me ajuda é a casa, amiga não dá nada, não ajuda, é só pra conversar”.



Diz que trabalhava, que tem certificado para ser babá e que vai se inscrever para fazer o curso de informática. Gosta de ir à biblioteca para ler.

MDE, 38 anos, é proveniente de Amargosa. Veio para Salvador com a idade de 14 anos procurar emprego de empregada doméstica. Não estudou e só sabe escrever o nome. Conta que “fui presa porque meu marido me deixou com cinco filhos, eu fiquei sem parente, sem ninguém”.

Os filhos de MDE estão com 13, 14, 15, 16 e 17 anos, morando com uma tia, no quatinho da sogra, depois que ela morreu. “Estão todos juntos, mas não podem me visitar porque `são de menor´. Falo com eles por telefone”.

“As irmãs (religiosas católicas) vêm aqui fazer o culto e peço a elas para ajudarem meus filhos. As agentes me ajudam, a segurança daqui também, fazem a cesta básica e entregam a meus filhos. Fui presa por furto. Cuidava dos filhos sem dinheiro, então roubei um brinco. Peguei pena de 02 anos e meio. Já tenho 01 ano e 3 meses de remissão porque fiz cursos aqui. Esse tempo que estou aqui deu para estudar e pensar em nunca mais voltar aqui, ao sair quero trabalhar. Acho que aqui é um lugar como escola, aprendi artesanato, coisas que eu não sabia. Eu me dou bem com as outras, mas prefiro ficar no meu cantinho, fico com mais uma na cela. Estou na cela do pátio, que é maior, com banheiro. Não tenho preconceito contra lésbicas”.

Disse que almoçam na cela, que lavam os pratos, colocam na porta e os carcereiros enchem a vasilha de comida. Das 08h00 às 17h00 abrem as portas das celas e podem ir ao pátio. Refere que quando quer uma consulta dá o nome para o “prezado”² que entrega à doutora e quando ela chega as recebe.

Relata que as internas fazem o preventivo de câncer do colo do útero no presídio, mas têm que ir a um hospital para realizar o exame de ultra-sonografia. Diz que o hospital respeita as detentas quando estas vão por alguma razão de saúde.

Em rápida entrevista com a chefia de segurança, esta informou que trabalha neste Conjunto Penal como chefe de segurança há 20 anos e que as internas “não têm senso de comunidade”. Disse ainda que durante a gestão anterior “teve interna que feriu outra com faca”. “Elas reclamam da atual diretora, mas o que ela está fazendo aqui é colocando ordem, para nosso próprio bem”.

Aspectos da estrutura e gestão do Conjunto Penal

O Conjunto Penal Feminino foi inaugurado em 1990. Possui 64 celas, além de celas chamadas de “seguro”, por abrigarem mulheres ameaçadas de morte por outras internas do presídio.

² Prezado e prezada é como as internas se referem aos agentes penitenciários.



PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS
HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS
CULTURAIS E AMBIENTAIS
Plataforma DhESCA

Segundo relato da atual diretoria, a antiga direção durou 18 anos e foi regida pelo “maternalismo”. De acordo com ela, a direção anterior “desenvolvia uma política de atrair internas e estabelecer uma relação mais próxima e de obediência à diretora, o que causava impacto na segurança e na relação com outros profissionais. A circulação de internas era mais ‘livre’ e elas tinham acesso direto a todos os espaços, inclusive à sala da diretoria”. Ainda segundo a equipe do presídio “a atual direção imprimiu outro tipo de relação com as internas, mais profissional, com mais controle, uma relação de respeito”.

A diretora implantou um sistema de atendimento individualizado, pelo qual mantém conversas privadas com cada uma das internas, durante as quais vai atualizando os dados em um questionário, com informações sobre relação com a família, com a promotoria, com a/o advogada/o e até mesmo sobre as condições da cela. De acordo com a diretoria, nos questionários a maior queixa é a qualidade da comida, que é diferente da que é servida para a equipe de gestão. Durante a gestão anterior, o equipamento era visto como uma “unidade problema do complexo”, mas, nas palavras da atual diretoria, “agora só recebe elogios”.

O quadro de trabalhadoras/es é composto por 65 funcionários que trabalham em regime de turno. O plantão é de 24 x 72 horas. Em cada plantão a média de funcionárias/os é de oito a nove pessoas. A comitiva foi informada que, apesar de estarem em processo de substituição dos funcionários homens por funcionárias mulheres, ainda não conseguiram colocar somente agentes mulheres no presídio porque têm enfrentado problemas com o sindicato da categoria, que resiste a essa mudança.

A comitiva foi informada de que o conjunto irá inaugurar em breve um salão de beleza e um berçário. São oferecidos às internas cursos de informática, alfabetização, corte e costura, jardinagem e panificação (com panificadora montada no local). A participação nos cursos reduz os dias de cumprimento da pena. Há também cultos semanais de igrejas distintas.

Com relação aos serviços de saúde, o Conjunto Penal Feminino participa do Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário - PNSSP³, desde 2005. Apesar da adesão ao Plano, não há equipe multiprofissional de saúde completa, como previsto no PNSSP, e nem um sistema de referência e contra-referência formalizado para assistência de média e alta complexidade.

A visita ao ambulatório de saúde permitiu observar que o mesmo é bem organizado. Não há informação de que algumas internas tenham mais regalias que outras, na atual gestão, quanto ao acesso à assistência à saúde.

O Conjunto Penal Feminino conta com uma ginecologista que cumpre expediente no local diariamente e faz clínica médica, exames preventivos, pré-natal, prevenção de câncer de mama e colo de útero, além de realizar exames de colposcopia. É desenvolvido um trabalho de planejamento reprodutivo, com acesso ao DIU, à contracepção de emergência e ao preservativo para aquelas com visitas íntimas. Também há atendimento para hipertensas e

³ Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. Brasília. 2004.



diabéticas através do Programa de Assistência Individualizada – PAI⁴. Em caráter semanal, há a presença de ortopedista, otorrino e gastroenterologista.

Para terem acesso à consulta médica as internas dão seu nome às/aos agentes presidiárias/os. No caso da ginecologista, o atendimento é feito no mesmo dia.

Nenhum caso de morte materna foi registrado e quando é necessário realizar um parto, saem em busca de uma maternidade tentando uma vaga – “batem de porta em porta” e os partos são feitos “onde nos aceitarem”. Também não existe nenhum hospital de referência para aquelas que estão com gravidez de risco. Nas situações de abortamento também saem procurando uma vaga em hospital, não tendo também ocorrido nenhuma morte por esta causa.

Quando as internas necessitam de internamento, são escoltadas por um batalhão próprio, que pode ser masculino ou feminino. Depois de acionada, a escolta de emergência leva de meia hora a uma hora para chegar ao presídio. A escolta permanece no serviço médico durante o tempo que a mulher estiver internada.

As visitas íntimas heteroafetivas acontecem durante os horários de visitas comuns. Muitas saem para visitas íntimas no Complexo Prisional Masculino, para serem, segundo informação dos/as agentes, mulas ou se prostituir. As visitas homoafetivas passaram a existir após reivindicação das internas. Essas visitas acontecem em dias diferentes das outras visitas para “não ofender as outras famílias e os casais heterossexuais”.

Análise da situação encontrada

A visita da relatoria do Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma Dhesca ao Conjunto Penal Feminino da Bahia foi a primeira missão realizada em um presídio feminino, dentre uma série de outras que a relatoria da Saúde tem no seu Plano de Trabalho para 2010/2011 e que acontecerão em outros estados.

Na nossa avaliação, a visita foi cercada de cuidados no sentido de que se encontrava presente na audiência, o Sr. Superintendente de Assuntos Penais da Secretaria de Justiça da Bahia, além das pessoas já citadas anteriormente. Consideramos que as respostas às nossas perguntas e indagações foram respondidas de forma satisfatória, apesar de não termos conseguido todos os dados necessários para conformar um perfil mais claro da maioria das internas do Conjunto Penal.

Quanto às instalações físicas do presídio, a maioria das pessoas da comitiva tinha uma expectativa de que fossem bem mais precárias. Salientamos, no entanto, que não visitamos as celas localizadas no pátio, onde fica a maioria das internas. Apenas conhecemos as celas

⁴ Este Programa é referido como Instrumento de Cidadania, Prevenção da Criminalidade e da Reincidência no Crime. É um projeto piloto iniciado em 2008 e que vem sendo desenvolvido no Conjunto Penal Feminino e na Penitenciária Lemos de Brito.



PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS
HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS
CULTURAIS E AMBIENTAIS
Plataforma DhESCA

chamadas de “seguro”, recentemente reformadas, que abrigam as mulheres ameaçadas pelas outras internas. Visitamos também as instalações do berçário ainda em fase de estruturação, o serviço médico, e de longe, o pátio, onde estavam as internas. Essa parte do edifício nos pareceu razoável, tendo esse razoável como parâmetro outras visitas realizadas pela comitiva em outras atividades profissionais. Isso não implica em nenhuma afirmação de que o presídio corresponde ao que entendemos que poderia ser um lugar para reeducação e cumprimento de penas.

As entrevistas realizadas com a direção do Conjunto Penal e sua equipe e com as internas nos levam a fazer algumas afirmações enquanto representantes da Plataforma DhESCA.

Observa-se um interesse da parte da nova diretora de fazer mudanças na forma de funcionamento e na relação com as internas. Existe um instrumento que nos pareceu facilitar essa relação, um questionário que tem o objetivo de realizar entrevistas com as mulheres e que trata da situação do processo, da relação da interna com a família, da visita íntima, dos problemas do cotidiano como o uso do telefone público, a qualidade da comida, os problemas da cela, a parte jurídica, dentre outras questões.

No entanto, nos chamou a atenção o interesse que a equipe tinha em comentar/julgar o comportamento sexual das internas, mesmo afirmando que não tinham preconceito contra as mulheres lésbicas, por exemplo. Em diversos momentos os comentários foram carregados de preconceitos, o que nos causou certo incômodo.

A diretora nos acompanhou até a ala dos “seguros” e à sala da segurança, locais onde foram realizadas as entrevistas com as internas que foram indicadas por ela. Fomos consultadas sobre a permanência das agentes durante as entrevistas, e a nossa escolha foi ficar a sós com as mulheres entrevistadas. A porta da sala permaneceu, no entanto, aberta durante o trabalho e as agentes entravam e saíam, às vezes fazendo comentários sobre a situação das internas.

No que se refere às questões de saúde sexual e reprodutiva das internas, objetivo da missão, encontramos ações positivas, tais como a presença cotidiana de uma médica ginecologista, que pela fala das internas as atende com cuidado, possibilitando fácil acesso às consultas, desde que solicitem aos/as agentes. O planejamento reprodutivo através do uso de métodos anticoncepcionais é acessível para as internas, segundo os depoimentos, apesar do relato da existência de apenas três métodos - DIU, contracepção de emergência e camisinha. A médica realiza o pré-natal das internas e existem também consultas em outras especialidades médicas além da ginecologia e a oferta de exames como o Papanicolau e o CD4. As mulheres que são portadoras de pressão alta e/ou diabetes são atendidas através do PAI (ver nota de rodapé), programa de saúde da Secretaria de Justiça.

Segundo informações da equipe, não existe referência formalizada para os hospitais da rede pública para encaminhamento das mulheres no momento do parto, mesmo para aquelas com gravidez de alto risco. Para os casos de abortamento inseguro, também funciona da mesma forma. Essa situação se configura como um problema para a saúde das mulheres, já que a falta de referência para estes casos implica que as mulheres peregrinam pela cidade em busca de uma vaga e essa é uma das causas de morte materna já reconhecidas pelo Governo Brasileiro



PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS
HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS
CULTURAIS E AMBIENTAIS
Plataforma DhESCA

no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Pode resultar também em morbidade severa pela demora no atendimento ou pela ausência do mesmo.

Para exemplificar esta situação, encontramos no Conjunto Penal uma mulher grávida com feto morto que não conseguiu encontrar vaga em nenhum hospital procurado pela instituição e que espera que essa situação se resolva espontaneamente. Além dos riscos para a saúde que essa situação pode desencadear, do ponto de vista emocional consideramos uma agressão a essa mulher, ter que conviver com um feto morto no seu ventre cotidianamente, sem ter nenhum poder de resolver a situação. Apesar do presídio não registrar, segundo a direção, casos de morte materna, essa situação e a constatação de que as mulheres ficam algemadas durante a internação hospitalar, mesmo com a discordância dos profissionais de saúde, são exemplos de procedimentos que não deveriam acontecer.

A morbidade por questões relacionadas à gravidez, assim como a mortalidade, é considerada pela Organização Mundial de Saúde - OMS como uma grave violação dos Direitos Humanos das mulheres e medidas devem ser adotadas para resolver esta e outras situações existentes ainda no sistema prisional brasileiro.

O relato de uma das internas sobre episódio ocorrido com ela no presídio nos dá a dimensão de que maus tratos ainda acontecem apesar da tentativa de mudança por parte da direção. No seu depoimento diz que foi queimada por outra interna na cela e que teve que esperar até o dia seguinte para ser levada ao hospital. Foi algemada e assim permaneceu no hospital, sob protesto dos profissionais, porque as algemas ficavam no mesmo lugar das queimaduras. Essa situação é no mínimo desumana e se configura como tortura, esclarecedora de situações de violação dos direitos humanos das internas.

Para analisar estes casos, podemos aplicar a Convenção Internacional Contra a Tortura da qual o Brasil é signatário e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, elaborada em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984. Esta última diz no seu Artigo, 12 “Os Estados-parte adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera dos cuidados médicos, a fim de assegurar em condições de igualdade entre homens e mulheres o acesso a serviços médicos, inclusive ao planejamento familiar”.

Além dos instrumentos internacionais dos Direitos Humanos, a Carta Magna Brasileira, a Constituição Federal de 1988 no seu Art.196 diz que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Baseado nestes instrumentos, o poder público tem o dever de estruturar a sua rede de cuidados de saúde de forma a cumprir todos os dispositivos legais e constitucionais para dar respostas competentes e ágeis às mulheres e às suas necessidades integrais de saúde, inclusive de saúde sexual e reprodutiva. As mulheres encarceradas possuem o direito à saúde como todos os cidadãos brasileiros.



Algumas internas relataram as dificuldades existentes para terem as suas situações judiciais resolvidas.

Encontramos mulheres que esperam a concessão da remissão da pena há seis meses sem que isso aconteça, mesmo sendo direito legal para aquelas que trabalham durante o cumprimento da sentença. Há também os casos de internas que não possuem advogados/as para cuidar dos processos, estando os mesmos parados nas varas de execuções penais. Nestes casos, o sistema prisional está infringindo o Art. 5º da Constituição Federal/88, que diz no inciso LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. As internas se enquadram neste critério, segundo informação da assistente social do Conjunto Penal que diz “mais de 80% das internas são negras, moram na periferia de Salvador e vivem à beira da miserabilidade”.

Existem relatos que muitas delas além de não terem advogados/as, não possuem também defensor público, o que constitui outra violação dos direitos das internas, pois a CF/88 no Art. 134 diz que “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”.

Observamos que as questões relacionadas à situação legal é uma das maiores preocupações da internas entrevistadas. Muitas são do interior do estado e seus advogados encontram-se nestas localidades, dificultando ainda mais o problema, pela distância, falta de notícias, enfim, abandono do caso.

Alguns relatos das internas dão conta da existência de abuso de poder dos/as agentes, principalmente nos finais de semana, momento em que a diretora não está no Conjunto Penal. Não houve um aprofundamento maior desta questão durante as entrevistas por razões de falta de tempo.

Conclusão

A nova diretoria do Conjunto Penal passou para a comitiva a impressão de estar realizando ações positivas para a melhoria do funcionamento e estrutura física do presídio. Tem iniciativas inovadoras que podem resultar em melhor convivência entre as internas e as questões de saúde são medianamente resolvidas nos casos mais simples, diríamos, do nível primário da atenção. O PAI, um programa piloto que vem sendo desenvolvido desde 2008, é integrado entre as secretarias de saúde do estado e do município e pretende dar respostas a outras questões além da saúde. Não obtivemos maiores informações sobre os resultados deste programa.

Apesar das iniciativas positivas e inovadoras, existem problemas que já foram referidos anteriormente na área da saúde e no que se refere aos direitos legais das internas. Essas situações violam os direitos humanos das mulheres privadas de liberdade dificultando sua reinserção social, como o convívio com a família, sobretudo para aquelas que são do interior do estado e não possuem família que lhes dê apoio. Algumas das entrevistadas referiram que



nas suas cidades existem presídios e elas poderiam estar cumprindo a pena mais perto dos familiares, dos filhos e amigos.

Terminamos este relatório com uma frase de uma interna que resume em poucas palavras a situação das mulheres privadas de liberdade e a discriminação de gênero existente no sistema prisional:

“Queria saber por que as juízas soltam mais os homens do que as mulheres. Será que somos mais perigosas do que eles?”

Recomendações da Plataforma DhESCA

Considerando o exposto, esta Relatoria se propõe a discutir com a diretoria do Conjunto Penal Feminino e a Superintendência de Assuntos Penais da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, as seguintes recomendações:

1. Tomar medidas para assegurar o cumprimento de todas as metas do Resultado 1 do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, relativas à saúde das mulheres encarceradas, listadas na pg. 33 do referido Plano.
2. Tomar medidas para garantir a assistência da Defensoria Pública de maneira regular e freqüente de forma a que as detentas tenham seus direitos cumpridos, evitando situações de encarceramento provisório – período entre a prisão e a condenação – e de desconhecimento do andamento do processo.
3. Tomar medidas para evitar o recurso à tortura, sobretudo para as presas em situação de encarceramento provisório.
4. Tomar medidas para assegurar a integridade física e mental das mulheres encarceradas nos “seguros” para que as mesmas tenham acesso ao trabalho e a cursos oferecidos e, conseqüentemente, remissão da pena.
5. Promover debates e reflexões junto a profissionais do sistema prisional sobre o tema do encarceramento de mulheres por motivo de realização ou tentativa de realização de aborto inseguro, considerando que esta prática ocorre em função da falta de políticas públicas que garantam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e sua auto-determinação.